

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC PABLO CARVALHO FELIX NASCIMENTO

A INFLUÊNCIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL EM APOIO ÀS OPERAÇÕES ÁGATAS
NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Rio de Janeiro

2019

CC PABLO CARVALHO FELIX NASCIMENTO

A INFLUÊNCIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL EM APOIO ÀS OPERAÇÕES ÁGATAS
NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Trabalho apresentado à Escola de Guerra Naval como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (IM) Denys Sodré Barroso

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2019

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Almir e Marta, pelo amor e apoio incondicional que tanto contribuíram para minha formação pessoal e profissional.

A minha esposa Jamile, merece um agradecimento especial por incentivar nos momentos mais difíceis as minhas decisões e participar da minha vida com dedicação e amor, acompanhando cada dia do desenvolvimento desta dissertação com sua compreensão e carinho.

Aos meus filhos Gabrielle e Thiago por darem um novo sentido a minha vida, motivando-me a ser uma pessoa melhor.

Ao meu orientador CF (IM) Denys Sodré Barroso, pelo tempo que me foi disponibilizado, pela direção segura e pelos conhecimentos transmitidos, fundamentais para a elaboração desta monografia.

RESUMO

O apoio da Comunicação Social, dentro das Operações Conjuntas, ganha uma importância expressiva no planejamento e condução das ações, pois tem como uma de suas atribuições o bom relacionamento com a imprensa em prol do cumprimento da missão do Comandante do Teatro de Operações (ComTO). Com isso, restringiu-se o estudo nas operações coordenadas pelas Forças Armadas na região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, em especial a Operação Ágata. Nesse enquadramento, o trabalho tem por propósito analisar as divulgações das atividades realizadas pelos meios navais da Capitania Fluvial do Rio Paraná (CFRP), sediada em Foz do Iguaçu-PR, por ocasião dessas Operações e confirmar, ao final do estudo, se o instrumento da Comunicação Social é imprescindível para o sucesso das Operações. Inicialmente, foram abordados os seguintes aspectos para o entendimento do assunto: o histórico da Comunicação Social; as teorias das Comunicações de Massa; as características da Comunicação Social nos dias atuais, a relação com a imprensa, opinião pública e o emprego da Comunicação Social nas Operações Conjuntas. Em seguida, com base nessa compreensão e no referencial teórico, adicionadas com as realizações de pesquisas bibliográficas, entrevistas e experiências do autor foi possível verificar o quanto é importante divulgar as atividades realizadas pelos meios navais da CFRP nas Operações Conjuntas, para o fortalecimento da imagem das Forças Armadas (FFAA), e em especial a Marinha do Brasil (MB).

Palavras-Chave: Operação Ágata. Comunicação Social. Operações Conjuntas. Opinião Pública. Forças Armadas. Marinha do Brasil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISO –	Ações Cívico-Sociais
AFTA–	Ações de Fiscalização do Tráfego Aquaviário
Ascom –	Assessoria de Comunicação Social
ASSHOP –	Assistência Hospitalar à População Ribeirinha
CCSM –	Centro de Comunicação Social da Marinha
CFRP –	Capitania Fluvial do Rio Paraná
ComSoc–	Comunicação Social
ComTO –	Comandante do Teatro de Operações
DelGuaíra–	Delegacia Fluvial de Guaíra
EMCFA –	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EMCj –	Estado-Maior Conjunto
FFAA –	Forças Armadas
GGIF –	Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras
GLO –	Garantia da Lei e da Ordem
ICLI –	Iate Clube Lago de Itaipu
MB –	Marinha do Brasil
MD –	Ministério da Defesa
NAsH–	Navios de Assistência Hospitalar
NFRN –	Núcleo de Formação de Reservistas Navais
OpCj–	Operação Conjunta
PEF –	Plano Estratégico de Fronteiras
PND –	Política Nacional de Defesa
PPC –	Processo de Planejamento Conjunto
PROFESP –	Programa Forças no Esporte
TF –	Tríplice Fronteira

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Região da Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu.....	49
Figura 2.	Marco das Três Fronteiras.....	49
Figura 3.	Ponte da Amizade.....	50
Figura 4.	Projeto de construção da segunda ponte entre Brasil e Paraguai.....	50
Figura 5.	Foto do Lago de Itaipu e a Usina Hidrelétrica de Itaipu.....	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL	10
2.1 Definição	10
2.2 Histórico da Comunicação Social.....	12
2.3 Teorias das Comunicações de Massa	13
3 O AMBIENTE DE AÇÃO, CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS E A OPERAÇÃO ÁGATA	17
3.1 O Ambiente de Ação.....	17
3.2 Crimes Transfronteiriços.....	18
3.3 A Operação Ágata.....	21
4 A COMUNICAÇÃO SOCIAL NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS	23
4.1 O emprego da Comunicação Social nas Operações Conjuntas	23
4.2 A Estruturação da Comunicação Social nas Operações Conjuntas	25
4.3 Áreas de responsabilidade e atuação da Comunicação Social	27
4.4 Processo de Divulgação.....	28
4.5 Programas sociais do Ministério da Defesa e ações subsidiárias da Marinha do Brasil	29
5 A REPERCUSSÃO DAS DIVULGAÇÕES DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELOS MEIOS NAVAIS DA CFRP NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS	33
5.1 Características das Operações Conjuntas na área da CFRP	33
5.2 Interações entre os setores de Comunicação Social	35
5.3 Imagem das Forças Armadas e da Marinha do Brasil perante a Sociedade Brasileira	37
5.4 Divulgações das atividades realizadas pela MB e pelos meios navais da CFRP nas Operações Conjuntas	39
6 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	45
ANEXOS	49
APÊNDICES	52

1 INTRODUÇÃO

Em 08 de junho de 2018, a Assessoria de Comunicação Social (Ascom) do Ministério da Defesa (MD) divulgou, em seu site, uma nota referente à assinatura de cooperação mútua com o Paraguai e a Argentina, ocorrida em Assunção (Capital do Paraguai), com a participação de Ministros, altas autoridades da Defesa, Segurança e Inteligência, Controle de Drogas e Assuntos Estrangeiros, do Paraguai, da Argentina, e do Brasil, para a prevenção e o combate ao crime organizado transnacional e ao terrorismo. Também foram discutidas questões relacionadas à segurança, especialmente nas áreas de fronteira dos três países. O Ministro da Defesa do Brasil interino, na época, o General de Exército Joaquim Silva e Luna disse¹: “- Um acordo de cooperação é sempre um compromisso que se firma entre países, no caso, Argentina, Paraguai e Brasil, no sentido de combater ameaças que sejam comuns, nas suas faixas de fronteira, e, neste caso, na Tríplice Fronteira (TF). Sobretudo, os crimes transnacionais, onde se incluem o tráfico de arma, de drogas, ilícitos de um modo geral e os descaminhos”. Ele também complementou destacando que estava se firmando um acordo na área de segurança, mas o Ministério da Defesa está incluído no contexto pelo fato das FFAA atuarem na fronteira e em uma faixa com 150 metros de profundidade.

Pelo acordo assinado, os participantes concordaram em aprofundar articulações com foco prioritário, dentre outros, na intensificação da cooperação na área de Inteligência, com particular ênfase na formação e intercâmbio de dados; na promoção de acordos que permitam o estabelecimento de Comandos Bipartidos nas áreas de fronteira, a fim de ampliar as áreas de cooperação e fortalecer as tarefas preventivas e operacionais; na promoção do uso

¹Disponível em:<<https://www.defesa.gov.br/noticias/43805-defesa-assina-acordo-de-cooperacao-mutua-com-paraguai-e-argentina>>. Acesso em: 12 de mai. 2019.

de tecnologia que contribua para a prevenção e o combate ao crime organizado transnacional. A matéria do MD e o nível do público que acompanharam a posição do Ministro da Defesa demonstram a importância das atividades realizadas pelos meios navais da Capitania Fluvial do Rio Paraná (CFRP), esta composta por sua sede situada na cidade de Foz do Iguaçu-PR e pela Delegacia Fluvial de Guaíra (DelGuaíra), Organização Militar subordinada, que tem sua sede localizada na cidade de Guaíra-PR. Pois ambas atuam em Operações Conjuntas realizadas na região do Oeste do Paraná e o quanto é necessário utilizar a Comunicação Social na divulgação das competências das FFAA e, conseqüentemente, das operações militares para a sociedade brasileira.

O objetivo deste estudo é analisar a divulgação das atividades realizadas pelos meios navais da CFRP, durante as Operações Ágata na TF e confirmar ao final o argumento de que a Comunicação Social é imprescindível para o sucesso das Operações.

Para tal, o autor dessa dissertação utilizou-se da metodologia de trabalho empregando uma pesquisa descritiva, por meio de técnicas diretas, como observações e entrevistas e um estudo exploratório, compreendendo uma pesquisa bibliográfica por meio de técnicas indiretas.

A razão motivada da escolha desse tema é a experiência adquirida pelo autor como Ajudante da CFRP (substituto eventual do Capitão dos Portos) por um período de três anos e como Comandante de Unidade-Tarefa nos períodos em que a Operação era ativada na região.

Com isso, a dissertação foi organizada em seis capítulos, sendo esta introdução primeira. No Capítulo 2, serão abordadas as principais considerações relativas à Comunicação Social, posteriormente um enfoque histórico e por fim algumas teorias da Comunicação de Massa na orientação do papel da Comunicação Social e a análise sobre a atuação dessa ciência social na divulgação das informações nos dias atuais. O Capítulo 3 explicitará o

ambiente de ação na TF, crimes transfronteiriços e a Operação Ágata. Por conseguinte, será abordado no Capítulo 4 a atuação e o emprego da Comunicação Social nas Operações Conjuntas. Já no Capítulo 5 será descrita a repercussão das atividades desenvolvidas pelos meios navais da CFRP, por ocasião das Operações Conjuntas, e o alto grau de contribuição para o fortalecimento da imagem das FFAA. Por fim, ao Capítulo 6 restará a conclusão do trabalho, expondo-se uma compilação do conteúdo dos capítulos supracitados e deferências acerca da atuação da Seção de Comunicação Social nas Operações Conjuntas. Ainda na conclusão será identificado as dificuldades, as limitações e avaliado se o propósito dessa dissertação foi atingido, apontando, conseqüentemente, algumas sugestões para pesquisas futuras.

Finalmente, a metodologia de pesquisa dessa dissertação justifica-se pela necessidade dar conhecimento à sociedade brasileira sobre as atividades de atuação dos meios navais subordinados à CFRP, por intermédio das Operações Conjuntas, no que se refere às ações contra o combate ao narcotráfico, delitos transfronteiriços, e as assistências cívico-sociais, ocorridas na região do Oeste do Paraná. Dessa forma, torna-se, assim, expressiva a transmissão dessas ações para a evolução e crescimento da imagem das FFAA e, em especial, da MB perante nossa nação, demonstrando o planejamento e as articulações de combate aos principais problemas que afetam a sociedade nos dias atuais.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Inicialmente, abordaremos o requisito teórico como o instrumento necessário para interpretar e reconhecer a ação da Comunicação Social na disseminação das atuações exercidas pelas Operações Conjuntas. Desse modo, foram consideradas “Teorias da Comunicação” específicas, na procura pela melhor conexão com o objetivo particular do estudo, descrito dentro da interação sociocultural que pudesse realçar o real valor das atividades desempenhadas nas Operações Ágata.

A preocupação dada ao assunto é com os limites e possibilidades das Teorias da Comunicação frente aos cenários, espaços e ambientes comunicacionais e midiáticos existentes a partir do advento de tecnologias digitais.

Em particular, questiona-se de que maneira as Teorias da Comunicação podem contribuir para a compreensão desses cenários ou, por outro lado, de que maneira essas condições desafiam a elaboração teórica da área a se repensar para manter seu potencial de análise (MARTINO; ANGELA, 2015, p.12).

Para isso, a proposta de trabalho será pautada, especialmente, no segmento teórico direcionado para as “Teorias das Comunicações de Massa”. Diante disso, serão realizadas abordagens explicativas realçando a definição da Comunicação Social, a descrição dos aspectos históricos da Comunicação Social e as principais Teorias da Comunicação de Massa.

2.1 Definição

Para o entendimento dos processos relacionados com a Comunicação Social torna-se necessário definir a Comunicação de uma forma mais específica. Cavalcanti (2014) entendia a relevância dessa ferramenta no aspecto social, pois afirmava a comunicação humana ultrapassava as barreiras que delimitavam as estruturas do comportamento e da

intuição, demonstrando, assim, a importância do mesmo na construção cultural do indivíduo e no direcionamento do processo comunicacional, que nesse caso, visava preferencialmente atender as determinações do desenvolvimento do nosso intelecto. Com o passar do tempo, os instrumentos de comunicação sofreram grandes influências com os adventos tecnológicos, aumentando sua capacidade de atuação.

Derivando na linha do desenvolvimento humano, Pernisa Júnior (2010) esclarece que a comunicação humana inicia-se desde os primórdios, quando os homens utilizavam-se somente de sons e símbolos a fim de possibilitar a expressão de seus sentimentos e interesses. Naquele período, não se tinha noção de como outros humanos pensavam ou viviam em sociedade. A comunicação resumia-se à ligação direta aos interesses, utilizando-se de uma linguagem específica dentro da comunidade a que se pertencia. Por conseguinte, aparece a escrita, trazendo inovações para as áreas das comunicações, deixando de existir somente a fala como canal de mensagens. Inicia-se, assim, o processo da comunicação indireta, isto é, os emissores e receptores não precisariam mais manter-se diretamente ligados como na expressão oral.

Já Poyares (1974) conclui em seus estudos de que a comunicação resulta de um processo de informação e de que a comunicação humana é um movimento contínuo de dinamização da sociedade humana.

Por fim, Bessa (2006) faz uma análise trazendo aos dias atuais que a característica desse processo de comunicação relaciona-se diretamente ao cotidiano da maioria das pessoas por meio do surgimento dos diversos meios de comunicação coletivos, dentre os quais destacam-se a televisão, os jornais, as revistas e a internet, isto é, as “mídias”. Nesse cenário, verifica-se que as atuais mídias se desenvolvem dentro de um contexto sustentado pela globalização, caracterizando-se como um dos canais de comunicação representativos de instituições que se comunicam para quem lhe interessa, demonstrando em suas conduções o

viés econômico ou ideológico nas divulgações de matérias (BESSA, 2006, p.71). Tal fato faz aumentar ainda mais a importância e o interesse das atividades da área da Comunicação Social no que se refere à ligação com a maior parcela da sociedade, isto é, a grande massa.

2.2 Histórico da Comunicação Social

Nesse subitem, o propósito é demonstrar o assunto em tela na construção da história da comunicação social. Serra (2007) divide a história dos modernos estudos de comunicação em “três períodos fundamentais” a saber:

1. Origens dos estudos de comunicação (de meados do século XIX até aos anos 20 do século XX), onde os estudiosos de época procuram entender o conjunto de transformações trazidas pela Revolução Industrial e em que avultam as transformações ocorridas a nível das formas de comunicação, pessoal e mediatizada;
2. Afirmção e consolidação do “paradigma dominante” (até inícios dos anos 60 do século XX) em que, o primeiro sub-período, que vai até aos finais dos anos 30, é dominado pela “teoria hipodérmica” ou dos efeitos diretos e ilimitados, assente numa concepção behaviorista do comportamento do indivíduo em termos de estímulo-resposta e da sociedade como “massa”. Já o segundo sub-período, que vai dos anos 40 aos inícios dos anos 60, simultaneamente de continuidade e ruptura com o primeiro, corresponde à sociologia funcionalista do pós-II Guerra Mundial; e 3. Contestação e desconstrução do “paradigma dominante” (até finais dos anos 80), no qual praticamente desde os momentos iniciais da afirmação e consolidação do “paradigma dominante”, as suas principais teses e pressupostos foram sendo postos em causa por correntes e teorias, seja contemporâneas seja posteriores, pressupondo paradigmas alternativos. (SERRA, 2007, p.63)

Para Vicente (2009), Marx² e Engels, dois intelectuais da teoria comunista, tiveram, também, um papel relevante, pois apesar de não tratarem “especificamente do tema da comunicação, não se pode desconsiderar a interferência do materialismo dialético na construção da história da comunicação social” (VICENTE, 2009, p.20).

² Marx destaca que o modo de produção determinava o modelo de relações sociais e acentuava a existência de uma superestrutura política, jurídica e ideológica como instrumentos perpetuadores das relações de dominação de classe (VICENTE, 2009, p.21).

Segundo Vicente (2009), para que existissem câmbios, segundo a teoria marxista, havia que se ter uma visão crítica da realidade, “capaz de evitar a alienação das pessoas em relação às condições em que estavam inseridas.” Reduzir “a influência desses efeitos conservadores passava a ser uma das linhas de ação dos agentes da revolução.” Os meios de comunicação, nesse caso, poderiam ser armas estratégicas “a favor da mudança, na medida em que denunciasses, com suas narrativas, a maneira como a burguesia perpetuava seu poder e formas de ascendência³” (VICENTE, 2009, p.21).

Por fim, Vicente (2009) complementa afirmando de forma metodológica, que o pensamento marxista contribuiu bastante para formular uma teoria das ideologias que estabelecia uma relação muito direta entre os meios de comunicação, produtos discursivos, formações ideológicas e as estruturas sociais. A função comunicativa e ideológica iria carregar todos os contrapontos latentes da realidade perpetuadas pela classe dominante. Essa classe privilegiada, ao deter seus próprios meios, os usaria no sentido de fazer prevalecer seu poder (VICENTE, 2009, p.21). Por essa razão, considera-se fundamental, do ponto de vista da análise marxista, decodificar a natureza da comunicação, além de identificar a estratégia dos detentores desses meios e a natureza das relações e mediações estabelecidas com as demais classes da sociedade. Para reduzir o monopólio da informação pela classe dominante, a saída apontada se articulava na elaboração de jornais de classe, ou seja, jornais para defender os setores dos trabalhadores e seus pontos de vista. (VICENTE, 2009, p.21).

2.3 Teorias das Comunicações de Massa

³“As reflexões marxistas sobre a comunicação têm se pautado justamente na tentativa de explicar a influência das relações materiais sobre a ideologia. Assim, algumas contribuições de teóricos marxistas sobressaem, como a função da propaganda nas obras de Lenin e Rosa Luxemburg, a questão da hegemonia em Gramsci, a autonomia individual da consciência em Lukács e a opinião pública em Habermas.” (VICENTE, 2009, p.21).

Contemporânea a esse período das guerras mundiais (IGM-1914-1918 e IIGM-1939-1945) e da difusão em larga escala dos meios de comunicação, a teoria hipodérmica surge como a primeira reação dos estudiosos ao fenômeno da comunicação de massa (WOLF 2003, Apud VIEIRA, FREITAS 2013). Segundo Wolf (2003, Apud Vieira e Freitas, 2013), os dois fatores que caracterizam essa teoria são a presença dos meios de comunicação de massa e sua experiência com regimes totalitários. Nesse contexto, a teoria hipodérmica se propõe a estudar os efeitos que tem a mídia numa sociedade de massa, ressaltando que a definição de sociedade de massa, conceito de fundamental importância para o entendimento da teoria.

Para Wolf (2003, Apud Vieira e Freitas, 2013), a sociedade de massa é fruto do desenvolvimento industrial e urbano, os indivíduos da massa são isolados, preocupam-se apenas com seu bem-estar, ao mesmo tempo que são todos iguais, ainda que provenientes de ambientes distintos, e têm poucas possibilidades de interagir entre si. A dissolução dos vínculos familiares e o deslocamento das esferas culturais deixam a massa vulnerável a todo tipo de manipulação imposta pelos meios de comunicação.

A teoria hipodérmica estabelece forte vínculo com a psicologia behaviorista, que se baseia na observação das mudanças de comportamentos dos indivíduos a partir da relação entre estímulo e resposta, sendo que todo estímulo (modificações externas ao indivíduo) elicia uma resposta do organismo. Da mesma forma a teoria hipodérmica considera uma relação direta entre a exposição às mensagens e a mudança de comportamento dos indivíduos, uma vez atingindo seu público com sucesso, o conteúdo de uma mensagem poderia manipular, induzir a pessoa a adotar determinada conduta ou comprar um produto. (WOLF 2003, Apud VIEIRA, FREITAS 2013, p.2).

A obra de McQuail (2012, Apud Barros, 2012) apresenta uma tipologia a partir da qual se poderia entender o serviço da comunicação social em prol do “interesse público” de três formas:

1) pela *teoria da preponderância* que o traduz pela soma de preferências individuais medida pela regra da maioria; 2) pela *teoria do interesse comum* que alinha-se com a “vontade geral” de Rousseau e refere-se a interesses comuns a todos os membros como serviços básicos de energia e transporte; 3) ou pela *teoria unitária* que baseia-se em algum princípio normativo tomado como absoluto, fundamentado em valores ideológicos que acabam se tornando um fim em si próprios, autojustificando-se. McQuail (2012, Apud Barros, p.2).

Logo, relacionando tais perspectivas, McQuail (2012, Apud Barros, 2012) entende a interpretação a partir do “interesse comum”, por sua vez, é vista como mais adequada, pois interpreta os serviços oferecidos da mídia como um “bem comum” maior que transcende os interesses e preferências individuais.

Vicente (2009) considera que na comunicação, uma vertente importante proveniente da visão funcionalista, se encontra na Teoria da Modernização, para ele “a comunicação de massas é considerada a principal responsável pelo avanço e pela modernização das sociedades, como um dos segmentos fundamentais na evolução social. Defende-se a concepção do poder real e efetivo de interferência dos meios de comunicação de massa. Na construção social, as pessoas materializam suas idealizações e crenças influenciadas pelos produtos de comunicação veiculados e vendidos pela mídia. Na comunicação, sob esse ponto de vista, se socializariam e conduziriam os objetivos e valores culturais desencadeadores de qualquer processo de mudança” (VICENTE, 2009, p.24).

O mérito de “*Atuação da mídia*” reside, portanto, no justo fato de instigar discussões ainda tão atuais sobre conceitos ainda tão indeterminados e, ao mesmo tempo, essenciais para dimensionar direitos, como afirma McQuail (2012):

“a intenção foi refletir um conjunto de valores amplamente utilizados que fosse fundamental para as ideias de uma imprensa livre em uma sociedade democrática, uma sociedade governada de acordo com a vontade popular de tal forma que promova o bem geral de toda a sociedade” (McQUAIL, 2012, p 45).

Com tudo isso, após esclarecer o processo comunicativo teórico e suas vertentes em um ambiente globalizado, iremos contextualizar a dinâmica das Operações Ágata, com ênfase na área da Comunicação Social, voltada para importância da divulgação das ações

realizadas nas operações militares, perante a construção da opinião pública⁴ criada dentro da sociedade de massa, por intermédio das mídias.

⁴ Opinião Pública – Conjunto de opiniões individuais sobre um mesmo fato, composto em um determinado momento, que pode ser medido cientificamente por meio de pesquisa (BRASIL, 2014b).

3 O AMBIENTE DE AÇÃO, CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS E A OPERAÇÃO ÁGATA

O presente capítulo está estruturado no ambiente de ação, crimes transfronteiriços e a Operação Ágata, onde trataremos os aspectos socioeconômicos, políticos e geográficos, bem como o porquê da inserção das FFAA neste combate.

3.1 O Ambiente de Ação

No ambiente da ação, segundo Amaral (2007), a região da TF é a mais notória das tríplexes fronteiras do Brasil, correspondendo à junção dos limites de Paraguai, Argentina e Brasil, no estado do Paraná. A região destaca-se das demais devido a presença de três cidades de médio porte: Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad Del Este (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina). Estas cidades juntas somam uma população de mais de 500 mil habitantes e se localizam no ponto de encontro dos rios Paraná, que separa Ciudad del Este de Foz do Iguaçu, e Iguazu, que separa Foz do Iguaçu de Puerto Iguazu. As pontes da Amizade e Tancredo Neves interligam as respectivas cidades criando uma infraestrutura que contribui para a formação de um “sistema internacional urbano” (AMARAL, 2007), ou seja, uma situação particular quando comparada as outras fronteiras tríplexes do Brasil (FIG 01, 02, 03). No mês de maio de 2019, o Presidente do Paraguai, Marito Benitez, e o Presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, assinaram, em Foz do Iguaçu, a autorização para o início das obras de

uma segunda ponte que vai ligar os dois países(FIG 04). O contrato prevê que a obra deva durar três anos, custará R\$ 462.995.564,22 e será custeada pela Itaipu Binacional⁵.

Apesar da iniciativa de ocupação estatal da região, considerada estratégica em termos geopolíticos, o crescimento da área se deu na década de 1970, quando a população de Foz do Iguaçu quadruplicou com a construção da barragem e da usina hidrelétrica de Itaipu⁶(BARTOLOMÉ, 2003, p.22) (FIG 05). O tamanho do seu reservatório é de 1.350 Km². Para se ter uma idéia do tamanho do Lago de Itaipu, a área da Baía de Guanabara é de 381 Km².

Já a dinâmica econômica da área gira em torno do comércio, principalmente entre as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, e, devido as diferenças de preços, a Ponte da Amizade conta com um trânsito constante de pequenos vendedores brasileiros que, de forma legal ou ilegal, compram mercadorias na vizinha Ciudad del Este (OLIVEIRA, 2012, p.61).

3.2 Crimes Transfronteiriços

A segurança pública vem se confrontando com ameaças cada vez mais organizadas, ampliando o campo de atuação das forças policiais para escala nacional e internacional. Nessa escalada de violência, as fronteiras dos estados tornam-se porosas. No Brasil, tal situação tem contribuído para uma crescente descrença da população quanto a capacidade policial de reverter os quadros alarmantes de violência e criminalidade (BRIGAGÃO e PROENÇA JUNIOR, 2002, p. 90-91).

⁵ Disponível em:<<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2019/05/10/bolsonaro-visita-foz-do-iguacu-e-anuncia-lancamento-de-segunda-ponte-entre-o-brasil-e-paraguai.ghtml>>. Acesso em: 15 de mai. 2019.

⁶ Disponível em:<<http://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/itaipu-em-numeros>>. Acesso em: 16 de jun. 2019.

A fim de mitigar estes quadros alarmantes, o Contra-Almirante (FN) Cesar Lopes Loureiro traz à tona a percepção da sociedade brasileira de que os militares ainda representam um recurso em momentos de crise. (LOUREIRO,2011, p.12). O referido Almirante afirma que, em 2010, a Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto, apresentou inovações com o intuito de mitigar os problemas de segurança.

Antes, apenas o Exército Brasileiro tinha o poder de polícia para combater os crimes transfronteiriços, poder este que foi estendido à MB e à Força Aérea Brasileira, de acordo com o Art. 16-A da referida lei:

Art. 16º Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de: I – patrulhamento; (Incluído pela Lei Complementar no 136, de 2010); II – revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; III – prisões em flagrante delito. (Incluído pela Lei Complementar no 136, de 2010). (LOUREIRO, 2011)⁷.

Então, em relação à Lei Complementar nº 97, foram inseridos o mar e as águas interiores, a fronteira terrestre, mais novas responsabilidades de patrulhamento e prisões em flagrante delito, sendo que a atuação das FFAA continuará sendo exercida da mesma maneira que o Exército já atuava, por meio de ações preventivas e repressivas. Contudo, segundo Ferreira Filho⁸ (LOUREIRO,2011) “o âmbito material da lei complementar e determinado pelo Constituinte”, ou seja:

A lei complementar não pode dispor inovações contrárias àquilo que o poder constituinte estabeleceu. No caso em questão, a Constituição de 1988 definiu claramente os órgãos a cargo da segurança pública, não podendo, portanto, a lei complementar inovar nesse aspecto. Ressalte-se que a própria Constituição definiu condições muito claras para as exceções: os estados de defesa e de sítio, mediante intervenção federal (LOUREIRO,2011, p.31-32).

⁷ Cf. BRASIL (2010, Art. 15, § 7º)

⁸ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Após esta conceituação, já temos o objetivo a ser alcançado que são ações preventivas e repressivas aos crimes transfronteiriços⁹, contudo é muito difícil separar estes delitos, quando o mesmo se trata do tráfico de drogas. Conforme Castells (1999), o tráfico de drogas é o principal negócio do crime organizado, mas não é o único, e, em torno do tráfico de drogas, outras atividades criminosas vem sendo organizadas, constituindo um mundo criminoso vasto e complexo, com uma estrutura descentralizada que permeia toda sociedade latino-americana.

O mesmo autor ainda salienta a interação do crime organizado a nível mundial:

Por si só, nenhuma organização é capaz de se integrar por completo em todo o planeta. Além disso, ela não pode ampliar seu raio de ação internacional sem invadir o território tradicionalmente controlado por outra força criminosas. É por isso que, sob a lógica estritamente empresarial, as organizações criminosas estabelecem uma relação de respeito mútuo e encontram pontos de convergência que ultrapassam fronteiras e grupos nacionais (CASTELLS, 1999, p.217).

Neste contexto mundial, insere-se também a conclusão de Rocha (2009), sobre o narcotráfico e o crime organizado, dizendo que é sabido que os dois tem conexões no mundo todo, e, segundo Herz (2010, p.336), o terrorismo tem sido incluso por especialistas neste binômio, juntamente com a corrupção.

Pode-se depreender que o crime organizado é interligado mundialmente e tem como base o tráfico de drogas, que estabelece uma relação de simbiose com as de outras atividades ilegais, servindo como estímulo, elemento de indução, ou agregação ao surgimento de organizações criminosas. Portanto, ao combater o tráfico de drogas, a MB pode estar

⁹ Os crimes transfronteiriços são aqueles que ocorrem devido a entrada ou saída de produtos dentro do Estado brasileiro, sejam estes produtos legais entrando de forma ilegal, ou então produtos ilegais. Neste contexto de crimes transfronteiriços, convém salientar a questão do “dilema da fronteira” em que os Estados se negam a abrir mão de sua soberania em prol do estabelecimento de uma área de cooperação contra os malfeitores. Isto faz com que os malfeitores convirjam para as margens do Estado, ou seja, os Estados ao tentarem impor a ordem, em face da ausência de um poder legítimo, paradoxalmente, acabam por instituir a desordem em suas fronteiras, tornando as em um verdadeiro *front* (FERRARO, 2011, p.07).

lidando com algo mais complexo, que é o crime organizado¹⁰, considerado como a verdadeira ameaça para o Estado brasileiro, sendo que a população se encontra em dúvida quanto a capacidade do Estado em conter o ímpeto dos criminosos, justificando-se o emprego das FFAA, como resposta imediata ao clamor social.

3.3 A Operação Ágata

Desde 2011, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) coordena uma ação de grande escala com o objetivo de fortalecer a segurança dos quase 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres do Brasil. Trata-se da Operação Ágata¹¹, que integra o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) do Governo Federal, criado para prevenir e reprimir a ação de criminosos na divisa do Brasil com dez países sul-americanos.

A Operação Ágata é uma ação militar, de natureza episódica, conduzida pelas Forças Armadas em pontos estratégicos da Faixa de Fronteira terrestre e molhada brasileira, instituída no âmbito das políticas do Governo Federal, criadas com o objetivo de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais e as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na região das divisas e de incrementar o apoio à população local. Trata-se de uma política para a realização de operações conjuntas das Forças Armadas brasileiras, com o apoio de órgãos e agências federais, estaduais e municipais (FIGUEIREDO, 2017, p. 68).

Em cada edição¹² da Ágata, o Brasil notifica e convida os Estados vizinhos para fazerem parte dessa operação, seja apoiando com tropas em seus próprios territórios, seja com o envio de observadores militares, demonstrando assim uma atitude de transparência e de confiança mútua por parte do Brasil.

¹⁰ O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime não contém uma definição precisa de "crime organizado transnacional". A definição abrange praticamente todas as atividades criminosas graves motivadas pelo lucro, com implicações internacionais. Esta ampla definição leva em conta a complexidade global do problema (www.unodc.org/unodc/en/organizedcrime/index.html). Acessado em 02 de julho de 2019.

¹¹ Disponível em: <www.defesa.gov.br/index.php/exercicios-e-operacoes/63-operacoes-conjuntas-1/72-operacao-agata>. Acesso em: 10 de jul. 2019.

¹² Disponível em: <www.defesa.gov.br/index.php/exercicios-e-operacoes/63-operacoes-conjuntas-1/72-operacao-agata>. Acesso em: 10 de jul. 2019.

Ao longo da Operação¹³, militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, com apoio dos órgãos de segurança pública, realizam missões táticas destinadas a coibir delitos como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais. As ações pontuais e ostensivas abrangem desde a vigilância do espaço aéreo até operações de patrulha e de inspeção nos principais rios e estradas de acesso ao Brasil. A atuação nessas operações inclui também assistência médica, odontológica, distribuição de medicamentos, emissão de documentos, corte de cabelo, entre outros, à população local (FIGUEIREDO, 2017).

O autor, no período em que serviu na região, teve a oportunidade de participar de seis Operações Ágata na função de Comandante de Unidade-Tarefa, nas quais levaram o mesmo a ter uma relação de proximidade e de contato direto com o tema da pesquisa, além de testemunhar o modelo sólido e fluido de integração das demais interações da região da TF, como se pode citar: Núcleo Especial de Polícia Marítima da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Grupo Especial de Fronteira da Receita Federal, Agência Brasileira de Inteligência, Polícia Militar Ambiental do estado do Paraná, Polícia Civil de estado do Paraná e Guarda Municipal de Foz do Iguaçu.

¹³ Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas-1/operacao-agata>>. Acesso em: 17 de jun. 2019.

4 A COMUNICAÇÃO SOCIAL NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS

Nesta seção, iremos contar com contribuições das entrevistas, adicionadas a esse estudo, do Capitão de Fragata Niemer Gomes Rickmann, Capitão dos Portos da CFRP (APÊNDICE A), que participou de Operações Ágata realizada na região da TF no último um ano e meio, e do Capitão de Fragata Rodrigo Fernandes Monteiro, Chefe do Departamento de Doutrina e Capacitação do Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM) (APÊNDICE B). Além disso, descreveremos como funciona o emprego, a estrutura, as áreas de responsabilidade e atuação da Comunicação Social. Por fim, demonstraremos a importância dos programas sociais do Ministério da Defesa e as ações subsidiárias da MB.

4.1 O Emprego da Comunicação Social nas Operações Conjuntas

Os conflitos atuais tendem a ser limitados, não declarados, convencionais ou não, e de duração imprevisível. As ameaças são fluidas, difusas e também imprevisíveis. Tudo isso exige que o preparo das FFAA seja baseado em capacidades, significando isto dispor de forças militares capazes de atuar de forma conjunta, dotadas de flexibilidade, versatilidade e mobilidade (BRASIL,2011a). Com isso as operações militares de grande envergadura exigem o emprego ponderável de elementos pertencentes a mais de uma Força Armada. Para tal, as Forças Singulares devem somar esforços, compatibilizar procedimentos e integrar as ações, de forma a se obter maior eficiência na execução das Operações Conjuntas. (BRASIL,2011a).

Com isso, esse instrumento da Comunicação Social é vital para o planejamento e execução dos planos e ordens de operações conjuntas. Trata-se de um recurso valioso para multiplicar o poder de combate e para fortalecer o moral, a coesão e o espírito de corpo da

tropa. Além disso, o planejamento, a coordenação e o controle das atividades de Comunicações Sociais são centralizados no mais alto nível, e sua execução é descentralizada em todos os escalões. (BRASIL, 2017). Nos planejamentos operacionais, a Comunicação Social deve ser empregada de forma eficaz na formação e na manutenção da opinião pública favorável ao sucesso da operação. Para isso, não deve ser desencadeada somente em situações de crise ou conflito. Suas ações devem ser contínuas e integradas, apresentando-se com maior ou menor intensidade conforme a situação e a conjuntura.

Como exemplo, podemos citar as Operações Militares Conjuntas realizadas pelas FFAA, sob a coordenação do EMCFA, este responsável pelos conceitos da Doutrina de Operações Conjuntas, que orienta a sinergia das FFAA, possuíram diversas formas de ação ao longo dos últimos anos, dentre as quais podemos citar a garantia de grandes eventos, atuando no limites legais na Garantia da Lei e da Ordem¹⁴ (GLO), como os Jogos Mundiais Militares, em 2011; a Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em 2012; a Jornada Mundial da Juventude, preservando a integridade dos peregrinos e da comitiva do Papa Francisco; a Copa das Confederações da FIFA, em 2013; a Copa do Mundo, em 2014; e os Jogos Olímpicos, em 2016, na cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, emprego das Comunicações Sociais se torna evidente, pois tem como uma de suas responsabilidades, divulgar as atividades de cunho sócia a sociedade brasileira.

De acordo com a entrevista do Capitão dos Portos da CFRP, CF Rickmann, nessa área de atuação são utilizados os meios navais da CFRP que operam no combate a delitos como descaminho, contrabando, narcotráfico, tráfico de munições e armas, e crimes ambientais, contribuindo na prevenção e repressão a ação de criminosos no país, e na concretização dos objetivos do PEF do Governo Federal. O Oficial também informou que nos últimos dois anos, houve algumas operações, pois a proposta da Ágata tem sido desenvolver

¹⁴ Disponível em: <www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 10 de jul. 2019.

ações menores, rápidas e repentinas na região da TF. Sendo assim, a de maior relevância foi a Operação Ágata GRAAL, entre 24 à 28 de setembro de 2018, desenvolvida na região do Rio Paraná, entre a jusante da barragem de Itaipu e a Ponte Tancredo Neves, divisa entre Brasil e Argentina, que fica no Rio Iguaçu, bem como no Lago de Itaipu, entre os municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra, com atenção também na assistência odontológica, por parte das Ações Cívico-Sociais (ACISO), em escolas da região.(APÊNDICE A). A vigilância acirrada durante toda aquela semana impediu a ocorrência de grandes ilícitos. Para isso, envolveu a atuação de 3 mil militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, além de integrantes de órgãos de segurança pública e de investigação, 30 aeronaves, 15 embarcações fluviais e 20 blindados e onde as divulgações das atividades realizadas ficaram sob a coordenação da Seção de Comunicação Social do Estado-Maior Conjunto (EMCj) da Operação. (APÊNDICE A)

4.2 A Estrutura

Os requisitos iniciais e necessários para que se caracterize uma Operação Conjunta (OpCj) é o fato de se empregar meios ponderáveis de mais de uma Força Singular e sob um único comando. Uma vez atendido esse requisito, será constituído um EMCj para realizar o planejamento do emprego e o controle da execução das ações planejadas para a operação.

Sendo assim, no Nível Operacional¹⁵ do Processo de Planejamento Conjunto (PPC), esse EMCj tem a atribuição de produzir um Plano Operacional que estabeleça os objetivos de acordo com diretrizes do ComTO. Com isso, a figura 1 representa a estrutura da

¹⁵ Nível Operacional: é o nível que compreende o planejamento militar e a condução das operações requeridas pela guerra, em conformidade com a linha estratégica estabelecida (BRASIL, 2015).

organização desse EMCj, onde Seção de Comunicação Social (D7) é subordinada diretamente ao Comando Operacional do EMCj (BRASIL, 2011a).

DIAGRAMA 3 – Exemplo de organização de um Estado-Maior Conjunto

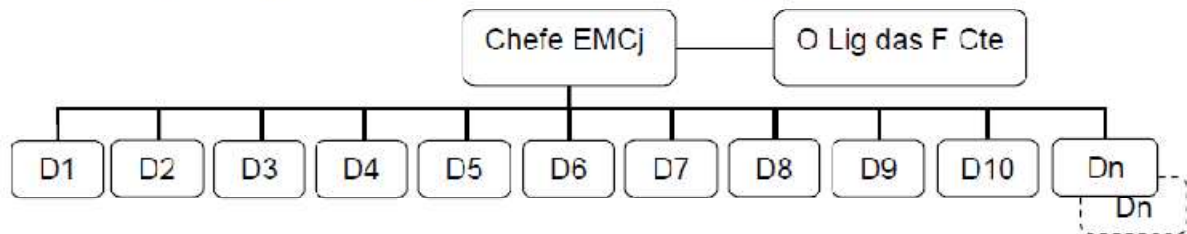


Figura 1 – Exemplo de organização de um Estado-Maior Conjunto (BRASIL, 2011a)

O Chefe da Seção de Comunicação Social (D7), de acordo com a Doutrina das Operações Conjuntas, possui diversas atribuições e responsabilidades a seguir: (BRASIL, 2011a):

- a) proceder à Análise de Comunicação Social;
- b) emitir parecer, à luz da ComSoc, sobre as linhas de ação examinadas e sobre o apoio à manobra planejada;
- c) planejar e conduzir as ações de ComSoc, em coordenação com as seções de Operações, Inteligência, Operações Psicológicas e de Assuntos Cíveis, em apoio às operações militares;
- d) supervisionar o planejamento de ComSoc das FCte, verificando a adequação ao Plano de Comunicação Social e realizando a compatibilização dos mesmos;
- e) estabelecer os procedimentos para as atividades de sua responsabilidade, verificando as instalações a serem utilizadas e os meios de apoio necessários, os meios de comunicação a serem empregados e os porta-vozes aptos a se relacionarem com a mídia, no EMCj;
- f) propor à seção de Pessoal os dados referentes ao pessoal de comunicação social na área de responsabilidade, passível de utilização como mão-de-obra civil;
- g) orientar, coordenar e controlar a atuação da mídia nos aspectos que possam vir a interferir com as operações;

- h) confeccionar o Apêndice de Comunicação Social ao Plano Operacional; e
- i) estruturar a Seção de Com Soc do EMCj. (BRASIL, 2011a)

Nesse sentido, a atividade da Comunicação Social compõe um tópico muito importante a ser considerado pelos planejadores, pois sua inclusão visa ao fortalecimento do poder combatente, utilizando a comunicação externa para fortalecer suas ações na conquista ou manutenção da opinião pública voltada em prol ao cumprimento da missão, ao mesmo tempo em que a comunicação interna foca na valorização do espírito de corpo, na coesão das forças e, principalmente, na elevação da moral da tropa (BRASIL, 2011a).

4.3 Áreas de Responsabilidade e Atuação da Comunicação Social

O estudo das características da área de responsabilidade, dentro da Doutrina das Operações Conjuntas, compreende os fatores gerais e os fatores fixos. Com isso, a análise dos fatores gerais abrange a influência das condições políticas, econômicas e psicossociais sobre as atividades de assuntos civis, enquanto que a dos fatores fixos estuda as características fixas e estáveis da área, permitindo visualizar possibilidades e dificuldades para o deslocamento de não-combatentes nas áreas de responsabilidade. (BRASIL, 2011b).

Para a Seção de Comunicação Social (D7), a condição considerada mais importante dos fatores gerais é a psicossocial, pois trata-se da identificação da ambiência psicossocial, particularmente no que diz respeito ao moral das tropas envolvidas no contexto da missão, o grau de aceitação e apoio da opinião pública às ações a serem realizadas em âmbito nacional e internacional. (BRASIL, 2011b).

A atitude e os aspectos culturais da população residente nas áreas das operações são de grande relevância para o Comandante. Desse estudo, poderão advir aspectos importantes para o direcionamento do planejamento operacional, especialmente no que diz

respeito às regras de engajamento, comunicação social, assuntos civis e emprego das operações psicológicas. Sendo assim, identificar os meios de comunicação influentes existentes na área de responsabilidade, torna-se uma ação muito importante para contribuição a operação. (BRASIL, 2011b).

Quanto a atuação da Comunicação Social, dentro do contexto operacional, ela é dotada de três fundamentais pilares para o sucesso de sua missão. São elas:

- 1 CREDIBILIDADE – Garantia da confiabilidade das informações perante os diversos públicos pela utilização de fontes idôneas;
- 2 TRANSPARÊNCIA – Respeito ao direito constitucional que permite ao público o conhecimento das atividades, observando as diretrizes de segurança da informação;
- e
- 3 OPORTUNIDADE – Desencadeamento das ações no momento oportuno, sincronizadas no tempo e no espaço. (BRASIL, 2017, p.8).

4.4 Processo de Divulgação

Em contribuição ao estudo, Capitão de Fragata Rodrigo Fernandes do CCSM informou que há várias possibilidades de divulgação da imagem da MB que são divididas por áreas de competência e, por conseguinte, por Departamentos dentro do CCSM. A primeira é o Departamento de Doutrina e Capacitação, este departamento trata de Projetos de Comunicação Social (ComSoc) oriundos de organizações civis ou militares e pessoas físicas, que tenham por fim a geração de produtos de comunicação. Estes produtos são geralmente livros, documentários, filmes, exposições e programas televisivos, todos mostrando positivamente a Marinha do Brasil. Outro setor é o Departamento de Produção e Divulgação, onde possui a “Rádio Marinha” com a programação produzida pelo CCSM, atualmente transmitida via internet (Rádio Marinha Web) e via transmissão na frequência FM em seis cidades (São Pedro da Aldeia – RJ, Corumbá – MS, Natal – RN, Manaus – AM, Rio Grande – RS e Belém – PA) (APÊNDICE B).

O Oficial do CCSM continuou dizendo que sua organização também possui, tanto informativos periódicos chamado “NOMAR” (voltado basicamente ao público interno), quanto Revistas “Marinha em Revista” e “Âncora Social” (voltado para o público externo). Afirmou que outra plataforma é a TV Marinha, divulgada em canal oficial do YouTube; e Mídias Sociais: Facebook, Instagram, Twitter, Flickr. Completando as ações dos setores, existe o Departamento de Imprensa que atua tanto na produção de informações, quanto na “venda” de pautas (oferecer para meios da imprensa pautas de interesse da MB), como também em Notas de Esclarecimento, Notas à imprensa e Respostas à Imprensa. (APÊNDICE B).

A vivência do autor pôde perceber, naquele período, que a MB se mantinha adequadamente atualizada diante do advento do surgimento das diversas plataformas de comunicação presentes e sempre focada em manter a boa reputação e imagem com os mais diversos canais de mídia. No entanto, observou que a própria imprensa regional também buscava um bom relacionamento com as FFAA, no interesse, não somente em divulgar as ações de combate aos crimes transfronteiriços da região, pois essas ações já se tornaram um assunto corriqueiro e maçante dentro das peculiaridades que envolvem a realidade de uma fronteira. Mas buscavam informações, também, no objetivo e curiosidade de saber quais tipos de atividades as FFAA eram capazes de desempenhar e interagir em proximidade e benefício da grande sociedade, podendo essas benfeitorias ser um tipo qualquer de programa social ou alguma campanha assistencial.

4.5 Programas Sociais do Ministério da Defesa e Ações subsidiárias da MB

Apoiada em estruturas sociais fortes e desenvolvidas, a atuação das Forças Armadas prevê também responsabilidades de cunho social quando suas tropas estão em ação no país. Um exemplo nesse sentido são as chamadas ações cívico-sociais (Acisos), que ajudam a melhorar a realidade de diversas comunidades, nas áreas de assistência médica, sanitária, educacional e de infraestrutura. O Ministério da Defesa¹⁶, além disso, desenvolve programas que buscam estimular uma relação harmônica e benéfica entre a Defesa Nacional e a sociedade. Mais que aprimorar a participação social em assuntos de defesa e segurança, essas iniciativas ajudam a promover a identificação da população com os entes estatais responsáveis por resguardar a soberania nacional.

Com isso, pode-se destacar os seguintes programas sociais¹⁷ desenvolvidos pelo MD com a participação dos membros das FFAA e agentes governamentais, que sob a ótica da Comunicação Social, fortaleceriam as Operações Conjuntas:

a) Programa Calha Norte, que realiza ações voltadas para a soberania da Amazônia e a promoção de seu desenvolvimento ordenado e sustentável. O programa busca a realização de obras estruturantes, como, por exemplo, a construção de rodovias, escolas, creches, hospitais, poços de água potável e redes de energia elétrica;

b) Projeto Soldado Cidadão que utiliza o Serviço Militar na qualificação profissional dos recém incorporados complementando sua formação cívica-cidadã e facilitando seu ingresso no mercado de trabalho, após conclusão do seu tempo de serviço;

c) Programa Forças no Esporte (PROFESP), destinado, através do esporte, ao atendimento de crianças e jovens, de ambos os sexos, a partir de 6 (seis) até os 18 (dezoito) anos de idade, em situação de vulnerabilidade social; e

d) Projeto Rondon que atua na contribuição para formação dos universitários como cidadão, dando ênfase à sustentabilidade das comunidades carentes, onde se desenvolve

¹⁶ Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/programas-sociais>>. Acesso em: 10 de jul. 2019.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/programas-sociais>>. Acesso em: 10 de jul. 2019.

em parceria com governos estaduais, municipais e Instituições de Ensino Superior públicas e privadas;

Com a realização desses programas em caráter complementar¹⁸ às suas atribuições constitucionais, as Forças Armadas realizam ações subsidiárias que contribuem com o desenvolvimento nacional e a Defesa Civil em todo território nacional, ações tais que impulsionam e aproximam a sociedade brasileira das FFAA. Nesse contexto, Marinha, Exército e Aeronáutica atuam diretamente junto a diversos segmentos da sociedade, participando da vida da população no apoio a eventos comunitários, ações cívico-sociais, campanhas de saúde pública e no socorro a vítimas de desastres naturais. Além de atuarem no suporte logístico-operacional em casos de calamidade, reduzindo o prazo de resposta das autoridades frente às contingências. Porém, esta pesquisa citará somente as ações desenvolvidas pela MB, com foco, também, as realizadas pela CFRP.

Art. 16. Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República. (Lei Complementar nº 97 de 1999).

As principais ações subsidiárias¹⁹ realizadas pela MB são: a fiscalização do cumprimento da legislação da segurança do tráfego aquaviário; o controle da formação de profissionais da Marinha Mercante; a salvaguarda da vida humana no mar e nas águas interiores; a segurança da navegação; o controle da poluição hídrica; o atendimento as populações carentes da Amazônia e do Pantanal Mato-Grossense, por meio do emprego dos Navios de Assistência Hospitalar (NASH) nas chamadas Operações de Assistência Hospitalar

¹⁸ Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/programas-sociais/acoes-subsidiarias>>. Acesso em: 11 de jul. 2019.

¹⁹ Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/index.php/programas-sociais/acoes-subsidiarias/acoes-subsidiarias-realizadas-pela-marinha-do-brasil>>. Acesso em: 12 de jun. 2019.

à População Ribeirinha²⁰(ASSHOP); as execuções das ACISO²¹; e as participações em operações de apoio humanitário, quando necessário.

Tais atividades são caracterizadas pelo contato direto com a população civil e, por consequência, servem como subsídios para formação da opinião pública criada dentro da sociedade de massa. Podemos afirmar que as atividades executadas na área de responsabilidade do CFRP fazem parte da preservação e fortalecimento da imagem da MB, pois executam partes significativas de suas ações subsidiárias, incluindo Projeto Soldado Cidadão do MD através do Núcleo de Formação de Reservistas Navais da CFRP e o PROFESP.

²⁰ ASSHOP: são viagens realizadas pelos NAsH da Marinha do Brasil que proporcionam a realização de atendimentos médico-hospitalar, odontológicos e exames laboratoriais a população carente da região Amazônica. Disponível em <<https://www.marinha.mil.br/comflotam/node/8>>. Acesso em 25 de jun. de 2019.

²¹ ACISO: são atividades realizadas pelas FFAA, de caráter temporário, episódico ou programado, que visam ajudar e melhorar a realidade de diversas comunidades, nas áreas de assistência médica, sanitária, educacional e de infraestrutura, com o aproveitamento dos recursos em pessoal, material e técnicas disponíveis, para resolver problemas imediatos e prementes (BRASIL, 2015).

5 A REPERCUSSÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELOS MEIOS NAVAIS DA CAPITANIA FLUVIAL DO RIO PARANÁ NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS DA TF

Neste capítulo, tomaremos conhecimento sobre as características das Operações Ágata na região do oeste do Paraná, como é feita a divulgação das atividades realizadas da MB, bem como mensurar a imagem das Forças Armadas perante a Sociedade Brasileira.

5.1 Características das Operações Conjuntas

Para efeito desse trabalho, entenderemos a compreensão das características das Operações Ágata e definir a área de atuação das operações militares realizadas na região da TF, descrevendo as características dos meios navais subordinados à CFRP.

O CF Rickmann explica que no Plano de Operação são estabelecidas diretrizes de atuação integrada e coordenada, sob a forma de Operações Conjuntas, valorizando o caráter interagências, aumentando a integração com os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF), nos termos da legislação vigente, e ressaltando o princípio do sigilo. Nesse contexto a CFRP atua na área através de Ações de Fiscalização do Tráfego Aquaviário (AFTA) e combate a crimes transfronteiriços e ação de presença no Lago de ITAIPU e no rio PARANÁ, entre os municípios de FOZ DO IGUAÇU-PR e GUAÍRA-PR; realiza, ainda, operações repressivas pontuais, mediante ordem; e fica em condições de participar das Operações de Apoio a Informação, a fim de contribuir para a redução das ações do crime organizado e práticas ilícitas nessa região, intensificando a presença do Estado (APÊNDICE A).

Mas não se trata de uma tarefa de grau fácil, pois segundo Bartolomé (2003), a corrupção financiada pelas atividades ilícitas é um delito facilitador para o exercício das atividades criminosas:

Na Tríplice Fronteira a corrupção facilita o exercício de atividades criminosas e a presença na área de elementos terroristas com o objetivo de recrutar, ocultar ou arrecadar fundos; ou pior ainda, para apoiar atentados. A arrecadação de fundos tem uma estreita relação com os lucros resultantes das atividades criminosas; finalmente, estas atividades criminosas financiam a corrupção, recomeçando um verdadeiro círculo vicioso. Qualquer pessoa que não entenda a dinâmica que acabamos de descrever, dificilmente poderá compreender, em sua totalidade, a realidade dessa área (BARTOLOMÉ, 2003, p. 34).

O Capitão do Portos da CFRP continua esclarecendo que é oportuno registrar que, na Faixa de Fronteira é notória a insuficiência dos órgãos de segurança pública. E há regiões transfronteiriças onde se registra a ausência total desses órgãos. Assim, não há conflito de atribuição entre as FFAA e as Forças Policiais nas atividades de combate a crimes na área da Faixa de Fronteira. Além disso, a Operação Ágata, como as demais operações das FFAA na Faixa de Fronteira, não invade a competência constitucional atribuída à Polícia Federal porque elas se interagem e se completam no mesmo espaço e com os mesmos objetivos e interesses, que é a garantia da ordem pública na região, mediante instrumentos de segurança pública. (APÊNDICE A).

É neste contexto do oeste do Paraná que a CFRP, Organização Militar que conta com a contribuição de sua subordinada direta, a DelGuaíra, opera e possui a seguinte missão²²:

Contribuir para a orientação, coordenação e controle das atividades relativas à Marinha Mercante e organizações correlatas, no que se refere à Segurança da Navegação, Defesa Nacional, Salvaguarda da Vida Humana e prevenção da poluição hídrica. Além de possuir um efetivo de Fuzileiros Navais, especializados em Operações Ribeirinhas²³, que se aproxima de um Pelotão, que atende à tarefa secundária de adotar as providências de caráter militar destinadas a prevenir, controlar e reprimir perturbações e crimes transfronteiriços na área de jurisdição. Disponível em:<<http://www.marinha.mil.br/cfrp/missao>>. Acesso em. 10 de jul. 2019.

²² Disponível em:<<http://www.marinha.mil.br/cfrp/missao>>. Acesso em. 10 de jul. 2019.

²³ O propósito desta especialização é prover guarda e proteção às instalações navais e civis de interesse da MB na região, realizar ações de Segurança Interna, a fim de contribuir para a segurança da área sob jurisdição ao qual compete e para a garantia do uso dos rios e das hidrovias secundárias atingíveis a partir da calha principal desses rios. Além disso, provê apoio de segurança às Inspeções Navais Administrativas.(BRASIL,2008).

Para execução dessas diversas tarefas, o CF Rickmann complementou que a Capitania do Rio Paraná possui a disponibilidade de empregar os seguintes meios navais: 1 Embarcação de Casco de Polietileno de Alta Densidade Grande (ECPEAD-G) Blindada, 1 Lancha de Ação Rápida Cabinada (LAR-Cbb) Blindada, 2 Lanchas de Apoio a Ensino e Patrulha nível 7 (LAEP-7), 1 Lancha de Apoio a Ensino e Patrulha nível 10 (LAEP-10), 2 Lanchas de Patrulha Naval (LPN), 2 Embarcações de Casco Semi-Rígido (ECSR), além de 5 Viaturas Administrativas (VtrAdm) e 2 Viaturas Especiais Guincho Tipo Prancha. Também tem o apoio da DelGuaíra com mais o seguinte meios navais: 1 LAEP-7, 1 ECSR, 3 LPN, além de 2 VtrAdm e 1 Viatura Especial Guincho Tipo Prancha. (APÊNDICE A). Dentre suas tarefas, destacam-se: a Patrulha Naval na Área Fluvial, as ACISO, as participações nos programas de cooperação em operações fluviais com as demais FFAA e as colaborações com outros órgãos governamentais (Polícia Federal, Receita Federal, IBAMA, Polícia Ambiental Militar do Paraná e etc.).

5.2 Interações entre os setores de Comunicação Social

Em contribuição ao trabalho, o Oficial do CCSM Capitão de Fragata RODRIGO FERNANDES explica que nas Operações Conjuntas não existe qualquer vinculação entre a Seção de Comunicação Social e os Centros de Comunicação Social de cada Força Singular. As três forças enviam seus representantes com vasto conhecimento na atividade de Comunicação Social para formar a seção (D7), que passa a exercer o papel de Centro de Comunicação Social do Comando Operacional. Do outro lado, na prática, os Centros de Comunicação Social das Forças Singulares trabalham independentes, mesmo quando empregados nas Operações Conjuntas, e produzem o próprio material de divulgação, mas

voltado ao público interno. O Oficial salienta que no dia a dia, o relacionamento entre os integrantes dos Centros de Comunicação Social das forças é bastante frequente e profissional. E que os centros realizam visitas técnicas para o desenvolvimento de “Boas Práticas” e para o estreitamento de laços, e que todo trabalho é desenvolvido pela necessidade de divulgação de pautas para os públicos externos e internos de assuntos que envolvam mais de uma Força Singular. Existe também a preocupação com as respostas à imprensa quando mais de uma força é citada de modo negativo ou equivocada, em matérias da mídia (produto cultural manipulado pela mídia), como exemplo atual, o Sistema de Proteção Social dos Militares das FFAA²⁴, um tema bastante debatido pela imprensa, sociedade e parlamentares do Congresso Nacional este ano (APÊNDICE B).

O Oficial do CCSM descreve, ainda, que nas Operações Ágata não ocorre a divulgação de atividades de uma Força de maneira singular. Todas as ações são divulgadas mostrando sua importância para o desenvolvimento das operações e o cumprimento da missão, sempre de maneira coordenada com os demais participantes. Na prática, isso é feito pelo oferecimento de pautas à imprensa, tanto para as mídias escritas quanto televisivas. Ele, também, exemplifica citando que uma ação bastante efetiva para isso era a criação de Centros de Imprensa próximos ao Estado-Maior do Comando Operacional, o que possibilita que representantes dos veículos de imprensa (jornalistas) possam acompanhar as principais movimentações de tropas e tenham acesso rápido às atualizações de informações liberadas pelo Comandante de Força. E que paralelamente, os Centros de Comunicação Social das Forças Singulares também produzem e divulgam seus conteúdos (APÊNDICE B).

²⁴ O Sistema de Proteção Social dos Militares das FFAA tem por finalidade, contribuir para a segurança do País, tendo em vista que, para o cumprimento da missão constitucional que é atribuída às Forças, os militares não são amparados por direitos trabalhistas e remuneratórios previstos para os demais segmentos da sociedade. Assim, é imprescindível que a família do militar esteja devidamente protegida por um responsável arcabouço legal e social. Disponível em:< <https://www.marinha.mil.br/com1dn/noticia/sistema-proteção-social-dos-militares-das-forças-armadas>>. Acesso em. 12 de jul. 2019.

5.3 Imagem das Forças Armadas e da Marinha do Brasil perante a Sociedade Brasileira

O capital de confiança²⁵ das Forças Armadas, conquistado junto à população brasileira, vem se sustentando ao longo dos anos, como atestam inúmeras pesquisas realizadas por diferentes institutos. Esses resultados ressaltam o reconhecimento pelo esforço de se fazerem presentes em inúmeras ações em todo território nacional.

A atuação²⁶ das Forças Armadas, dentro ou fora do Brasil, nas Missões de Paz, na cooperação na área de segurança, nas obras de desenvolvimento ou nas situações de calamidade ocorre em momentos de grandes desafios nacionais. Por essa razão, os índices de confiança, que se reforçam a cada ano, assumem valores ainda mais significativos.

Diante dessa postura a MB contribui para as FFAA exercerem a liderança no ranking das instituições do Estado que a população brasileira mais confia. Tal afirmação pode ser verificada em diversas pesquisas realizadas a nível nacional, na qual destacamos²⁷ a apresentada pelo Grau de Confiança nas Instituições (GCI - 2019) do Instituto de Pesquisa DataFolha do jornal Folha de S.Paulo publicada em julho de 2019, quando aparecem as FFAA na liderança, seguida pela Presidência de República e o Ministério Público.

Nesse contexto, preservar o adequado relacionamento com os jornalistas deve ser visto como uma forma de divulgar as ações desenvolvidas e também de agregar valor à

²⁵ Disponível em: <http://www.eb.mil.br/todos-os-avisos/-/asset_publisher/nEIT00TYrefc/content/forcas-armadas-no-topo-do-nivel-de-confianca>. Acesso em: 02 de jul. 2019.

²⁶ Disponível em: <http://www.eb.mil.br/todos-os-avisos/-/asset_publisher/nEIT00TYrefc/content/forcas-armadas-no-topo-do-nivel-de-confianca>. Acesso em: 02 de jul. 2019.

²⁷ Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987746-brasileiros-veem-forcas-armadas-como-instituicao-mais-confiavel.shtml>>. Acesso em: 13 de jul. 2019.

imagem²⁸, em especial, da MB (BRASIL, 2018). O êxito obtido nessa relação com a imprensa, possibilita a Marinha se mostrar para a sociedade e preservar seus altos índices de credibilidade, pode, entre outros resultados, influenciar a alocação de recursos orçamentários essenciais à condução das atividades. (BRASIL, 2018).

Dessa forma, na visão do autor do trabalho, ressalta-se em contribuição ao fortalecimento da imagem da Marinha, as atividades desempenhadas pelos meios navais da CFRP, por possuírem conteúdos relevantes tanto no contexto operacional, quanto no social, tais quais destacam-se: o combate ao narcotráfico e aos crimes transfronteiriços, as ações temporárias de assistências cívico-sociais e programas regulares em parceria com o MD, tais como o Programa Soldado-Cidadão e o Programa Força no Esporte (PROFESP).

De acordo com a entrevista do Capitão dos Portos da CFRP, entendemos que as atividades realizadas pela MB na área de jurisdição que mais aproximam a sociedade a sua imagem relacionam-se com o Projeto Soldado Cidadão do MD, uma parceria entre o Núcleo de Formação de Reservistas Navais (NFRN) da CFRP que recrutam jovens, por ocasião do alistamento militar obrigatório, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Foz do Iguaçu (SENAC-Foz) que aproveita esses mesmos jovens os para o mundo do trabalho com ações educacionais e disseminação de conhecimentos em Comércio de Bens, Serviços e Turismo, no caso deste, em cursos de Auxiliar de Cozinha e Auxiliar em Administração e assim complementando a formação cívica-cidadã, facilitando o ingresso no mercado de trabalho, após o período dentro das FFAA (APÊNDICE A).

Também conta com o PROFESP, decorrente de convênio firmado entre a Marinha do Brasil/CFRP e o Iate Clube Lago de Itaipu (ICLI), com apoio da Itaipu Binacional, onde

²⁸ Imagem é o reflexo da identidade de uma organização. Em outras palavras, é a organização sob o ponto de vista de determinado público. Os diferentes públicos formam, então, percepções baseadas nas mensagens que as organizações enviam de forma tangível por meio de sua identidade. A imagem é algo que não depende apenas da organização, pois também envolve a percepção das pessoas, algo que, embora possa ser trabalhado, nunca poderá ser imposto. Portanto, dependendo dos públicos, uma organização pode ter diversas imagens (BRASIL, 2018).

63 crianças residentes, preferencialmente, na região do bairro Três Lagoas, matriculadas na rede de ensino público da cidade, entre 09 e 15 anos de idade, contam com aulas de iatismo que são realizadas no contraturno escolar e nos finais de semana, no Lago da Itaipu. A equipe principal possui 30 atletas e, dentro de outros programas sociais oferecidas pelo o ICLI, representa a cidade de Foz do Iguaçu nas competições nacionais e internacionais. Este projeto tem por finalidade promover a valorização da pessoa, reduzir riscos sociais e fortalecer a cidadania, a inclusão e a integração social dos beneficiados, por meio do acesso à prática de atividades esportivas e físicas saudáveis e de atividades socialmente inclusivas. Por fim as Ações de Assistência Social onde a CFRP promove serviços de saúde, como odontologia e atenção de saúde básica em Escolas Públicas da Região (APÊNDICE A). Essa afirmação foi ratificada pelo entrevistado do CCSM que expôs sobre a aproximação da população (massa) à imagem da MB em decorrência das atividades que possuem o "contexto social".

Tendo em vista os aspectos observados, conclui-se que as atribuições subsidiárias da MB realizadas pelos meios navais da CFRP evidenciam o emprego dos conhecimentos da área da Comunicação Social a fim de possibilitar a exposição de uma imagem positiva da instituição para todos os níveis sociais do país.

5.4 Divulgação das Atividades Realizadas da MB

A divulgação institucional da Marinha pode ser entendida por meio de uma analogia com a propaganda de *marketing*, onde, ao invés de um produto ou serviço, o que se pretende vender é uma imagem positiva da própria organização. Além de reforçar a identidade e melhorar a imagem, a divulgação institucional pode ser empregada para atrair investimentos, influenciar opiniões, aumentar vendas e recrutar funcionários (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, o Senhor executivo e empresário Paulo Zattolo, por ocasião da palestra proferida na Escola de Guerra Naval em vinte e oito de julho desse ano, disse sobre o propósito de conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do país, de ver a Nação identificada com a causa da defesa nacional e que toda a estratégia nacional repousava sobre a conscientização do povo brasileiro da importância central dos problemas de defesa. Para isso, o palestrante proferiu ser imprescindível trabalhar a marca Marinha do Brasil, sobre o tema: O valor do “*Branding*”²⁹ e o papel da Comunicação Social da Marinha. O Sr. Zattolo sugeriu o investimento em propagandas de televisão focando em transmitir a funcionalidade de nossas atividades e o impacto positivo quando tal matéria é divulgada por uma celebridade de boa reputação na sociedade.

Por fim, o executivo Zattolo, dentro de sua experiência como Ex-Oficial da Marinha que relatou, concluiu sua palestra constatando que a divulgação das atividades, tanto as principais quanto as subsidiárias, desenvolvidas pela MB, é aquém, pois não possui um código de comunicação adequado e ainda não alcança grande parcela da sociedade brasileira, isto é, a massa detentora da opinião pública. Por conseguinte, essa parcela da sociedade ainda não conhece as atividades desenvolvidas pela instituição. Sendo assim, existe a necessidade de desenvolver reformulações adequadas na área de Comunicação Social da Força.

A partir das ponderações levantadas nos capítulos anteriores, é possível avaliar se as análises utilizadas, por ocasião das divulgações das Operações Ágata realizadas no âmbito da Tríplice Fronteira, conseguiram alcançar os resultados condizentes com a importância das atividades executadas pelos meios navais da CFRP, isto é, se contribuíram para o fortalecimento e a preservação da imagem da Marinha do Brasil perante a sociedade.

²⁹ Branding é o conjunto de ações alinhadas ao posicionamento, propósito e valores da marca. O objetivo do branding é despertar sensações e criar conexões conscientes e inconscientes, que serão cruciais para que o cliente escolha a sua marca no momento de decisão de compra do produto ou serviço. Disponível em: <<https://lytronmarketing.pt/author/andre-santana/>>. Acesso em: 29 de jun. 2019.

6 CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi analisar a divulgação das atividades realizadas pelos meios navais da CFRP, durante as Operações Ágata na TF e confirmar ao final o argumento de que a Comunicação Social é imprescindível para o sucesso das Operações.

Para atingir este propósito, nosso estudo foi apresentado em seis capítulos.

No primeiro capítulo apresentamos o cenário de pesquisa e metodologia empregada pelo autor. No segundo, buscamos os conceitos e os amparos teóricos de interesse, assim como os elementos a serem comparados no estudo. No terceiro, procuramos descrever, para fim de compreensão do cenário, o ambiente de ação, o crimes transfronteiriços e a Operação Ágata, propriamente dita. No quarto, procuramos evidenciar a atuação e o emprego da comunicação social nas operações conjuntas. No quinto, buscamos analisar a repercussão das atividades realizadas pela CFRP nas operações conjuntas da TF. Neste capítulo, serão expostos os resultados do estudo e indicadas as possíveis sugestões de investigação futura.

Tendo em vista os aspectos apresentados, entende-se que as ações realizadas pelos setores de Comunicação Social, na formulação das matérias a serem divulgadas da Operação Ágata, requerem bastante conhecimento dos objetivos que se queiram alcançar. É de suma importância que a informação dos resultados alcançados nessas divulgações, repercutam, de forma direta, o estímulo de sensibilidade da sociedade de massa. Diante desse fato, torna-se possível afirmar que os assuntos de relevância no contexto social repercutem mais rapidamente nas redes sociais e em outros veículos de comunicação de massa, devido ao apelo jornalístico que possuem, tal como uma agulha hipodérmica que penetra a camada superficial da pele sem dificuldades, tal como uma mensagem que não encontra resistência pelo indivíduo, em alusão à teoria hipodérmica de Wolf (1987). Tais afirmações retratam a importância da divulgação das atividades desenvolvidas pelos navais da CFRP, nas Operações Conjuntas, corroborando para imposição funcional da MB dentro da estrutura social da região

do Oeste do Paraná, que, por meio dessas ações subsidiárias mantém uma postura voltada para psicologia da ação e persuasão ou produto cultural sem influências da mídia.

Cofirmando que a comunicação relaciona-se diretamente ao cotidiano da maioria das pessoas por meio do surgimento dos diversos meios de comunicação em um contexto sustentado pela globalização, as relações entre as novas tecnologias da informação e a atividade jornalística ditam os caminhos da mídia de acordo com seus interesses e ideologias, por isso é importante que a Marinha do Brasil una forças com instituições idôneas de comunicação que sabem empregar o efeito multiplicador de transmissão que a comunicação social dispõe, para se proteger e fazer frente aos ataques da mídia que chegam por todos os lados.

Registra-se, também, na percepção do autor do trabalho que o aparato militar estrategicamente utilizado nas Operações Ágata de justificar os resultados com dado tangíveis das operações, baseados em quantitativo de número de apreensões de produtos ilícitos, de prisão de suspeitos, de revista de veículos automotivos ou de embarcações não são integralmente eficazes. Até porque em algumas operações não eram apreendidos quantidades significativa de ilícitos naquele período, virtude a presteza da grande maioria dos criminosos transfronteiriços.

O que justifica a eficácia integral das Operações Ágata é a inclusão da divulgação dos resultados intangíveis, ou seja, o que não se pode quantificar em números. Assim podemos destacar as ações dos programas sociais do Ministério da Defesa, partes delas realizadas em parceria com a CFRP, ações de assistência cívico-social para aquele período e demais ações como a de apoio a defesa civil da região.

Esses resultados intangíveis contribuem para transformar cada vez mais a percepção de segurança da sociedade do oeste do Paraná e demais regiões transfronteiriças do país, pois impõem em igualdade de condições a presença integrada efetiva do Estado

brasileiro na fronteira, a potencialização do poder de atuação das FFAA e dos órgãos de segurança pública na Faixa de Fronteira, aliado ao um modelo de integração de agências de segurança e, assim, dissuasão capaz de inibir a ação das organizações criminosas que atuam na área.

Concluimos então que as informações gerenciadas pela seção de Comunicação Social (D7) são muito valiosas para o cumprimento da missão estabelecida dentro do nível operacional pelo ComTO. Com isso, justifica a busca incessante de um bom relacionamento com a imprensa para que possamos explorar sua capacidade de influenciar a opinião pública a todo custo. As Operações Ágatas, nos moldes em que são realizadas pelas FFAA, são úteis e necessárias na política de prevenção e repressão à criminalidade transfronteiriça e ambiental corrente a ação, mas não suficientes para despertar uma reflexão ou interesse de trazer o conceito de Defesa e Segurança de Fronteira para o domínio público, com o propósito de sensibilizar a sociedade brasileira.

Saber explorar a disseminação dessas atividades que possuem um apelo jornalístico, devido ao cunho social que representam, contribui para o fortalecimento e a preservação da imagem positiva da MB, como uma instituição de confiança para sociedade brasileira (massa). Cabe esclarecer, também, que em uma Operação Conjunta, um conceito muito importante é o da interoperabilidade, pois todas as atividades da Comunicação Social devem ser desenvolvidas de forma integrada entre as Forças em prol do bom relacionamento com a imprensa que deve ser considerada sempre um ativo participante das Operações Ágata, seja para o esclarecimento ao público sobre o andamento das operações e eventuais interações com a população.

Sendo assim, o principal propósito da Comunicação Social nas Operações Ágata visa, entre outras tarefas, contrapor informações imprecisas ou enganosas, enaltecendo as ações militares bem sucedidas e influenciando a opinião pública em favor da Força-Tarefa. A

divulgação das atividades dos meios navais é apenas uma das ações que a Seção de Comunicação Social desenvolve para alcançar seu propósito.

Face ao exposto, conclui-se que o propósito deste estudo foi alcançado, tendo em vista que, seria interessante que futuros estudos aprofundassem uma melhor análise e métodos de ampla divulgação das matérias produzidas nas Operações Águas, incluindo assuntos de relevância social, pois foi visto que, devido ao seu apelo jornalístico e a conjuntura social em que o país esteja passando, elas repercutem mais rapidamente. E saber explorar a característica de um código de comunicação adequado para o momento que vivemos contribuirá para a divulgação das atividades desempenhadas, o cumprimento da missão e o fortalecimento da imagem da Marinha do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Arthur Bernardes do. *A questão da Tríplice Fronteira no Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, ano 2, n. 34, Rio, 2007. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=3296:a-Questao-da-triplice-fronteira-no-tempo-presente>. Acesso em: 06 ago. 2019.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BARTOLOMÉ, Mariano Cesar. *A Tríplice Fronteira: O Principal Foco De Insegurança No Cone Sul- Americano*. Revista Military Review, 2º Trim. 2003.pp. 23-35.
- BARROS, Chalini Torquato Gonçalves. *Mídia e Interesse Público na Democracia*. Revista Eletrônica de Economía e Política de las Tecnologías e de la Información y Comunicación. Ulepicc, 2012.
- BENJAMIN, Walter. *Mágiae Técnica, Arte e Política*. Traduzido por Paulo Sérgio Rouanet. (Obras Escolhidas; v. I). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BESSA, Dante Diniz. *Teorias da comunicação – Profucionário*, Brasília, Ed: Universidade de Brasília, 2006, 108p.
- BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 09 jun. 1999.
- _____. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe- sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 25 ago. 2010.
- _____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Subsecretaria de EdiçõesTécnicas, 2010. 47 p.
- _____. Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999. Diário Oficial da União. Poder Legislativo. Brasília, DF, 10 jun. 1999. 96 .
- _____. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Diário Oficial da União. Poder Legislativo. Brasília, DF, 26 ago. 2010. p. 1.
- _____. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Operações Ágata – release. Brasília: Ministério da Defesa, 2016.
- _____. Política Nacional de Defesa. Presidência da República. Brasília: Imprensa Nacional, 2013.
- BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-300: Plano Estratégico da Marinha (PEM), 1. ed. Brasília-DF, 2017a.

- _____. _____. EMA-305: Doutrina Básica da Marinha. 2. rev. Brasília, 2014.
- _____. _____. EMA-860: Manual de Comunicação Social da Marinha, Rev-1. ed. Brasília, 2018.
- _____. _____. EB20-MF-03.103: Manual de Fundamentos de Comunicação Social, Brasília, 2017.
- _____. Capitania Fluvial do Rio Paraná. *Missão*. Disponível em: <<http://www.marinha.mil.br/cfrp/missao>>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.
- _____. Comando da Flotilha do Amazonas. *ASSHOP*. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/comflotam/node/8>>. Acesso em: 25 de jun. de 2019.
- _____. Ministério da Defesa. MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas. 5. ed. Brasília, 2015.
- _____. _____. MD30-M-01: Doutrina de Operações Conjuntas, 1º Volume. 1. ed. Brasília, 2011a.
- _____. _____. MD30-M-01: Doutrina de Operações Conjuntas, 2º Volume. 1. ed. Brasília, 2011b.
- BRIGAGÃO, Clovis e JÚNIOR, Domicio Proença. *Brasil e o Mundo – Novas visões*. Editora Livraria Francisco Alves, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *Fim de Milênio: A era da informação, economia, sociedade e cultura*. Vol.3. 3ed. Sao Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAVALCANTI, Yaponan. *A Comunicação Social Mídia e Evolução*. São Paulo. Ed: Amazon.com. (Registrado na Biblioteca Nacional, Registro Nr. 697.332; Livro: 1.346; Folha: 478), 2014, 74p.
- DEFESA. *Defesa assina acordo de cooperação mútua com o Paraguai e a Argentina para prevenção e combate ao crime organizado transnacionais*. 08 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/43805-defesa-assina-acordo-de-cooperacao-mutua-com-paraguai-e-argentina>>. Acesso em: 12 mai. 2019.
- _____. *Ações subsidiárias realizadas pela Marinha*. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/index.php/programas-sociais/acoes-subsidiarias/acoes-subsidiarias-realizadas-pela-marinha-do-brasil>>. Acesso em: 12 de jun. 2019.
- _____. *Garantia da Lei e da Ordem*. Disponível em: <www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 10 de jul. 2019.
- _____. *Operação Ágata*. Disponível em: <www.defesa.gov.br/index.php/exercicios-e-operacoes/63-operacoes-conjuntas-1/72-operacao-agata>. Acesso em: 10 de jul. 2019.

_____. *Operação Ágata*. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas-1/operacao-agata>>. Acesso em: 17 de jun. 2019.

_____. *Programas Sociais*. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/programas-sociais>. Acesso em: 10 de jul. 2019.

DIAZ, Julio Montero e ALFFOND, José Carlos Rueda. *Introducción a la Historia de la Comunicación Social*. Barcelona: Ariel, 2001.

FIGUEIREDO, Safira Maria de. *Operação Ágata: O Poder de Polícia da Forças Armadas*. Corumbá: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2017. Disponível em: <<https://ppgefcpn.ufms.br/files/2018/03/SAFIRA.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

FOLHA. *Brasileiros veem Forças Armadas como instituição mais confiável*. 15 abr. 2019. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987746-brasileiros-veem-forcas-armadas-como-instituicao-mais-confiavel.shtml>>. Acesso em: 13 de jul. 2019.

FRANCISCO, Andrés de. "Marxismo Analítico: Teoria y Método" In: *Zona Abierta*, 48/49, 1988.

FRANÇA, Vera V. e PAULA, G. Simões. *Curso básico de Teorias da Comunicação*. 1 ed (Coleção Biblioteca Universitária), Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, 211p.

G1. *Bolsonaro visita Foz do Iguaçu e assina autorização para o início das obras da segunda ponte entre o Brasil e Paraguai*. 10 mai. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2019/05/10/bolsonaro-visita-foz-do-iguacu-e-anuncia-lancamento-de-segunda-ponte-entre-o-brasil-e-paraguai.ghtml>>. Acesso em: 15 de mai. 2019.

HERSCOVITZ, Heloiza. *A Pesquisa em Comunicação na América Latina: desafios nos anos 90*, in: *Comunicação & Sociedade*, Ano XIII - nº23, Editora IMS, São Bernardo do Campo, SP, jun.95, p.111-128.

HERZ, Mônica. *Segurança Intranacional: Perspectivas Brasileiras*. Segurança internacional na América do sul. São Paulo, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2010.

ITAIPU BINACIONAL. *Itaipu em números*. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/itaipu-em-numeros>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

LOUREIRO, Cesar Lopes. *Segurança Pública: questões jurídicas relevantes para o emprego das Forças Armadas no combate à violência urbana*/ Contra-Almirante (FN) Cesar Lopes Loureiro – Rio de Janeiro: ESG, 2011. Disponível em: <<http://www.esg.br/uploads/2012/03/LOUREIROCesar.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

MARQUES DE MELO, José. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARTINO, Luís Mauro Sá e ANGELA, Cristina Salgueiro Marques. *Teorias da comunicação: processos, desafios e limites*. São Paulo: Ed. Plêiade, 2015, 335p.

- MARTINO, Luis Mauro Sá. *Estética da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MATTELART, Armand & MATTELART, Michèle (1995). *Histoire des Théories de la Communication*. Paris: LaDécouverte.
- McQUAIL, Denis. *Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público*. Porto Alegre: Penso, 2012
- OLIVEIRA, M. A. M.; CAMPOS, D. L. *Migrantes e fronteiras: lógicas subvertidas, vidas refeitas*. In: PEREIRA, J. H.V.; OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). *Migração e Integração: resultados de pesquisas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: UFGD, 2012. p. 17-37.
- PERNISA JÚNIOR, Carlos. *Comunicação Digital: jornalismo, narrativas e estética*, Rio de Janeiro, Ed: Mauad X, 2010, 120p.
- POYARES, W. R. *Comunicação e Relações Públicas*. Rio de Janeiro. Editora: Agir, 1974.
- RABOSSO, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira*. Rio de Janeiro. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- ROCHA, Claudionor. *A Contribuição Do Parlamento Brasileiro Na Luta Contra o Tráfico De Drogas e o Crime Organizado*, Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3850/parlamento_trafico_rocha.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- SERRA, João Paulo. *Manual de Teoria da Comunicação*. Editora Livros Labcom, Universidade da Beira Interior, 2007, 203p.
- VICENTE, Maximiliano Martin. *História e comunicação na ordem internacional*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, 214p.
- VIEIRA, Allan Victor Castro e FREITAS, Jéssica Colaço de Freitas. *A teoria hipodérmica e sua aplicabilidade na publicidade infantil*. Universidade Federal do Ceará. Mossoró. Intercom. 2013, 8p.

ANEXOS



Figura 01: Região da Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu.



Figura 02: Marco das Três Fronteiras.
(Fonte: <http://www.info.lncc.br>)



Figura 03: Ponte da Amizade (Fonte: <http://www.info.lncc.br>)



Figura 04: Projeto de construção da segunda ponte entre Brasil e Paraguai. (Fonte: <http://www.info.lncc.br>)



Figura 05: Foto do Lago de Itaipu e a Usina Hidrelétrica de Itaipu
(Fonte: <http://www.info.lncc.br>)

APÊNDICE A- Entrevista com o Capitão dos Portos do Rio Paraná.

Motivo da entrevista: Referência bibliográfica para dissertação.

Tema da dissertação: A COMUNICAÇÃO SOCIAL NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS.

Título da dissertação: A influência da Comunicação Social em apoio às Operações ÁGATA na Tríplice Fronteira.

Definição do problema: Qual a importância da divulgação das atividades realizadas pelos meios navais da Capitania Fluvial do Rio Paraná na região da Tríplice Fronteira, por ocasião das Operações Conjuntas?

Justificativa: A necessidade de passar informações a sociedade brasileira sobre a atuação da Marinha na região da Tríplice Fronteira do Paraná, no que se refere às ações contra os delitos transfronteiriços, combate ao narcotráfico e as assistências cívico-social, por ocasião das Operações Conjuntas, especificamente as Operações ÁGATA.

Relevância: A disseminação dessas atividades fortalece a imagem da Marinha do Brasil perante o povo brasileiro, demonstrando a preocupação e as iniciativas de combate aos principais problemas que afetam a nossa sociedade nos dias atuais.

PERGUNTAS

1- Quais foram e em que período ocorreram as Operações Conjuntas mais relevantes nos últimos dois anos, no âmbito desse Comando, e onde houve a atuação contra delitos transfronteiriços, combate ao narcotráfico e as assistências hospitalares?

R: Houve algumas Ágatas neste período, pois a proposta da operação Ágata tem sido desenvolver ações menores, rápidas e repentinas, sendo a de maior relevância na região da tríplice fronteira (Foz do Iguaçu, *Ciudad del Est* e *Puerto Iguazu*) foi a Operação Ágata

GRAAL, entre 24 à 28SET de 2018, desenvolvida na região do Rio Paraná, entre a jusante da barragem de Itaipu e a Ponte Tancredo Neves, divisa entre Brasil e Argentina, que fica no Rio Iguaçu, bem como no Lago de Itaipu, entre os municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra, com atenção também na assistência odontológica, por parte da ACISO, em escolas da região. A vigilância acirrada durante toda essa semana impediu a ocorrência de grandes ilícitos. Para isso, envolveu a atuação de 3 mil militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, além de integrantes de órgãos de segurança pública e de investigação, 30 aeronaves, 15 embarcações fluviais e 20 blindados.

2- Nas operações citadas na resposta acima, quais delitos eram o foco? E quais foram os principais delitos apurados durante a realização de cada uma?

R: Na região específica da CFRP, a atuação visa o combate aos delitos transfronteiriços de tráfico de entorpecentes, contrabando e descaminho.

3- Sem serem levados aspectos de prontidão dos meios materiais ou de pessoal, ocorreu alguma dificuldade de cumprimento das missões estabelecidas, no que se refere à área de atuação por ocasião das ações preventivas e repressivas contra delitos transfronteiriços, combate ao narcotráfico e atuações das assistências cívico-sociais?

R: Sim, a área de atuação é muito extensa, não há cartografia náutica da área e há grande cobertura de mata, encobrindo a ação dos criminosos e dificultando a ação militar. Além disso, a comunicação entre os grupos criminosos é organizada e infraestruturada, permitindo que as ações militares sejam descobertas previamente pelos elementos criminosos.

É oportuno registrar que, na Faixa de Fronteira é notória a insuficiência dos órgãos de segurança pública. E há regiões transfronteiriças onde se registra a ausência total desses órgãos. Assim, não há conflito de atribuição entre as FFAA e as Forças Policiais nas atividades de combate a crimes na área da TF. Além disso, a Operação Ágata, como as demais operações das

FFAA na Faixa de Fronteira, não invadem a competência constitucional atribuída à Polícia Federal porque elas se interagem e se completam no mesmo espaço e com os mesmos objetivos e interesses, que é a garantia da ordem pública na região, mediante instrumentos de segurança pública.

4- Por ocasião das Operações Conjuntas, quais são os instrumentos utilizados na divulgação das atividades realizadas pelos meios navais da Capitania Fluvial do Rio Paraná?

R: A primeira grande divulgação se dá na coletiva de imprensa a fim de anunciar a deflagração da Operação citada. Imagens da Esquadra da MB em formação são utilizadas para a Nomar Online e eventuais *Press Releases* emitidos conforme a relevância de algum acontecimento fruto da operação.

5- Qual seria avaliação da interação entre os setores das Comunicações Sociais das FFAA, nas Operações Conjuntas, na CFRP?

R: A interação se dá com bastante facilidade na região do oeste do Paraná, apesar de nesta fase da Operação a MB não atuar diretamente com o EB, por razões de natureza operacional.

6- Existe alguma informação sobre quais as divulgações das atividades dos meios navais da Capitania Fluvial do Rio Paraná que tiveram as maiores repercussões nos últimos 2 anos?

R: Não há mapeamento de impacto de mídia.

7- Esse Comando vislumbra alguma ação/sugestão para que seja possível a melhora nos processos de divulgação das atividades dos meios navais?

R: Uma Rádio Marinha para esta região.

8- Na análise desse Comando quais as atividades realizadas pelos dos meios navais da Capitania Fluvial do Rio Paraná que mais fortalece a imagem da MB (área operativa ou contexto social)?

R: Ambas atividades. Na área operativa, divulgamos a atividades de Inspeção Naval, Patrulha Naval, Ação de Fiscalização do Tráfego Aquaviário entre outras de atividade-fim. Na área Social, o propósito é aproximar a CFRP da sociedade. Como exemplo:

- a) Projeto Soldado Cidadão do MD- Uma parceria entre o NFRN da CFRP que recrutam jovens, por ocasião do alistamento militar obrigatório, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Foz do Iguaçu (SENAC-Foz) que aproveita esses mesmos jovens os para o mundo do trabalho com ações educacionais e disseminação de conhecimentos em Comércio de Bens, Serviços e Turismo, no caso deste, em cursos de Auxiliar de Cozinha e Auxiliar em Administração e assim complementando a formação cívica-cidadã, facilitando o ingresso no mercado de trabalho, após o período dentro das FFAA;
- b) PROFESP - decorrente de convênio firmado entre a Marinha do Brasil/CFRP e o ICLI, com apoio da Itaipu Binacional onde 63 crianças residentes, preferencialmente, na região do bairro Três Lagoas, matriculadas na rede de ensino público da cidade, entre 09 e 15 anos de idade, contam com aulas de iatismo que são realizadas no contraturno escolar e nos finais de semana, no Lago da Itaipu. A equipe principal possui 30 atletas e representa a cidade de Foz do Iguaçu nas competições nacionais e internacionais. Este projeto tem por finalidade promover a valorização da pessoa, reduzir riscos sociais e fortalecer a cidadania, a inclusão e a integração social dos beneficiados, por meio do acesso à prática de atividades esportivas e físicas saudáveis e de atividades socialmente inclusivas; e

- c) Ações de Assistência Social - Onde a CFRP promove serviços de saúde, como odontologia e atenção de saúde básica em Escolas Públicas da Região

9- Em uma avaliação geral as atividades desenvolvidas pelo Setor de ComSoc das Operações Conjuntas realizadas na área da Tríplice Fronteira atendem as necessidades das divulgações das atividades dos meios navais, ou tal tarefa fica exclusivamente no âmbito da ComSoc do CCSM?

R: As atividades de divulgação são satisfatórias. As divulgações das atividades realizadas são feitas pela CFRP e ficam sob a coordenação e divulgação da Seção de Comunicação Social do CCSM e do EMCj do MD.

10 – Quais os meios operativos empregados?

R: No Plano de Operação são estabelecidas diretrizes de atuação integrada e coordenada, sob a forma de Operações Conjuntas, valorizando o caráter interagências, aumentando a integração com os GGIF, nos termos da legislação vigente, e ressaltando o princípio do sigilo. Nesse contexto a CFRP atua na área através de AFTA e combate a crimes transfronteiriços e ação de presença no Lago de ITAIPU e no rio PARANÁ, entre os municípios de FOZ DO IGUAÇU-PR e GUAÍRA-PR;

Meios da CFRP: 1 ECPEAD-G, 1 LAR-Cbb, 2 LAEP-7, 1 LAEP-10, 1 LPN-M, 2 LPN-P, 1 ECSR-M, 1 ECSR-P, 5 VtrAdm e 2 Vtr ESP Guincho Tipo Prancha.

Meios da DelGuai: 1 LAEP-7, 1 ECSR-P, 3 LPN-P, 2 VtrAdm e 1 Vtr ESP Guincho Tipo Prancha.

Data: 18 de julho de 2019

Posto / Nome: CF Niemer Gomes Rickmann

Cargo/ Função: Capitão dos Portos

OM: Capitania Fluvial do Rio Paraná

APÊNDICE B- Entrevista com o Chefe do Departamento de Doutrina e Capacitação do CCSM

Motivo da entrevista: Referência bibliográfica para dissertação.

Tema da dissertação: A COMUNICAÇÃO SOCIAL NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS.

Título da dissertação: A influência da Comunicação Social em apoio às Operações ÁGATA na Trílice Fronteira.

Definição do problema: Qual a importância da divulgação das atividades realizadas pelos meios navais da Capitania Fluvial do Rio Paraná na região da Trílice Fronteira, por ocasião das Operações Conjuntas?

Justificativa: A necessidade de passar informações a sociedade brasileira sobre a atuação da Marinha na região da Trílice Fronteira do Paraná, no que se refere às ações contra os delitos transfronteiriços, combate ao narcotráfico e as assistências cívico social, por ocasião das Operações Conjuntas, especificamente as Operações ÁGATA.

Relevância: A disseminação dessas atividades fortalece a imagem da Marinha do Brasil perante o povo brasileiro, demonstrando a preocupação e as iniciativas de combate aos principais problemas que afetam a nossa sociedade nos dias atuais.

PERGUNTAS

1- Quais são os instrumentos utilizados na divulgação das atividades realizadas pelos meios navais a MB e qual possui a maior relevância para o CCSM?

R: Há várias possibilidades de divulgação da imagem da MB que são divididos por áreas de competência e, por conseguinte, por Departamentos do CCSM.

a) Departamento de Doutrina e Capacitação:

- Projetos de ComSoc, oriundos de organizações civis ou militares e pessoas físicas, que tenham por fim a geração de produtos de comunicação. Os produtos são geralmente livros, documentários, filmes, exposições e programas televisivos, todos mostrando positivamente a Marinha do Brasil.

b) Departamento de Produção e Divulgação:

- Rádio Marinha com a programação produzida pelo CCSM. Atualmente, é transmitida via internet (Rádio Marinha Web) e via transmissão na frequência FM em seis cidades (São Pedro da Aldeia – RJ, Corumbá – MS, Natal – RN, Manaus – AM, Rio Grande – RS e Belém – PA);
- Informativo NOMAR (voltado basicamente ao público interno);
- Revistas Marinha em Revista e Âncora Social;
- TV Marinha: divulgada em canal oficial do YouTube; e
- Mídias Sociais: Facebook, Instagram, Twitter, Flickr;

c) Departamento de Imprensa:

- “Venda” de Pautas (Oferecer para meios da imprensa pautas de interesse da MB; e
- Notas de Esclarecimento, Notas à imprensa e Respostas à Imprensa.

Nos dias atuais, seguramente, as mídias sociais, dada a abrangência e facilidade de acesso, podem ser considerados os canais de comunicação com maior alcance para a ComSoc da MB.

2- Qual seria avaliação da interação entre os setores das Comunicações Sociais das FFAA, no dia a dia e nas Operações Conjuntas?

R: No dia a dia, o relacionamento é bastante frequente e ocorre motivado pela necessidade de divulgação de pautas para os públicos interno e externo de assuntos que envolvam mais de uma Força. Por exemplo, campanhas que afetam os militares de um modo

geral (“previdência” dos militares) e respostas à imprensa quando mais de uma Força é citada, de modo negativo ou equivocado, em matérias da mídia. São bastante frequentes, ainda, as visitas técnicas para o desenvolvimento de Boas Práticas e para o estreitamento de laços, uma vez que as estruturas organizacionais dos Centros são bastante semelhantes.

Nas Operações Conjuntas, não existe nenhuma vinculação entre a Seção D-7 (ComSoc) e os Centros de Comunicação Social de cada Força. Sendo essa Seção composta por Oficiais das três Forças ou Agências com notório conhecimento na atividade de ComSoc. Seu grande propósito é ser o Centro de ComSoc do Comando Operacional. Na prática, os Centros produzem material de divulgação para veiculação em seus canais próprios (rádios, informativos, mídias sociais, etc).

3- Nas operações ÁGATA, como é realizada o processo de divulgação das atividades realizadas pela MB (em especial, relacionados aos meios da Tríplice Fronteira)?

R: Não ocorre a divulgação de atividades de uma Força de maneira singular. Todas as ações são divulgadas mostrando sua importância para o desenvolvimento das operações e o cumprimento da missão, sempre de maneira coordenada com os demais participantes. Na prática, isso é feito pela “venda de pautas” à imprensa, tanto para as mídias escritas quanto televisivas. Uma ação bastante efetiva para isso é a criação de Centros de Imprensa próximos ao Estado-Maior do Comando Operacional, o que possibilita que representantes dos veículos de imprensa (jornalistas) possam acompanhar as principais movimentações de tropas e tenham acesso rápido às atualizações de informações liberadas pelo Comandante de Força. Paralelamente, os Centros de ComSoc das Forças Singulares produzem e divulgam seus conteúdos.

4- Existe alguma informação sobre quais as divulgações das atividades dos meios da MB que tiveram as maiores repercussões nos últimos 5 anos, existe algum dado estatístico?

R: A coleta de dados estatísticos ocorre com maior frequência na divulgação em mídias sociais, principalmente Facebook. Por tratarem-se de ferramentas recentes da internet, não temos registros antigos. Posso adiantar que a repercussão das nossas atividades em Operações Conjuntas é muito pequena, até mesmo porque o principal propósito não é a divulgação da Marinha do Brasil, mas sua atuação para o cumprimento de uma missão da qual ela faz parte.

5- Quais as atividades realizadas pela MB que mais fortalecem a imagem da MB (área operativa ou contexto social)?

R: Ambas tem grande importância para a ComSoc na MB, apesar de terem propósitos distintos. Na divulgação da MB operativa, o propósito é divulgar a atividade-fim da Força, enquanto o “contexto social” tem maior potencial de aproximá-la da sociedade.

Como forma de exemplificar, durante a LAAD-2017 foi realizado o lançamento do livro Marinha do Brasil: Protegendo nossas riquezas, cuidando da nossa gente. Neste livro, são apresentadas tanto a Marinha do Brasil “operativa”, mostrando sua capacidade de cumprir as tarefas básicas do Poder Naval, quanto as atividades subsidiárias desenvolvidas pela Força.

6- Esse Centro de Comunicação Social vislumbra alguma ação/sugestão para que seja possível a melhora nos processos de divulgação das atividades dos meios navais?

R: Uma prática bastante utilizada por países com experiência de participação em conflitos armados é o emprego de correspondentes acompanhando as operações militares. Em operações reais há algumas ressalvas que vão da divulgação de informações sigilosas à

segurança física do profissional de imprensa. Em exercícios militares seria uma excelente oportunidade do estreitamento de laços entre as Forças Navais e os profissionais de imprensa.

7- O senhor possui algo a mais que possa contribuir para análise do tema em questão?

R: Cabe esclarecer que em uma OpCj o conceito mais importante é o da INTEROPERABILIDADE. Todas as atividades da ComSoc são desenvolvidas para o relacionamento com a imprensa em prol do cumprimento da missão do Comandante de Força, para o esclarecimento ao público sobre o andamento das operações e eventuais interações com a população e, por fim, à divulgação da maneira coordenada na qual as Forças Singulares / Agências operam lado a lado.

8- Em uma avaliação geral as atividades desenvolvidas pelo Setor de ComSoc em Operações Conjuntas atendem as necessidades das divulgações das atividades dos meios navais da Tríplice Fronteira?

R: O propósito da ComSoc em Operações Conjuntas visa entre outras coisas contrapor informações imprecisas ou enganosas, enaltecer ações militares bem-sucedidas e influenciar a opinião pública em favor da Força. A divulgação das atividades dos meios navais é apenas uma das ações que a Seção de ComSoc desenvolve para alcançar seu propósito.

Data: 22 de julho de 2019.

Posto / Nome: Capitão de Fragata RODRIGO FERNANDES MONTEIRO

Cargo/ Função: Chefe do Departamento de Doutrina e Capacitação

OM: Centro de Comunicação Social da Marinha – CCSM.